

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES: A RELEVÂNCIA DO LETRAMENTO RACIAL E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Luciano Gonçalves de Sousa¹

RESUMO: O mito da democracia racial se caracteriza a partir da concepção de paraíso racial que assume a transcendência dos conflitos raciais e pressupõe a harmonia entre brancos e negros, sendo comumente utilizado na rejeição da existência do racismo no Brasil. Consistindo o racismo em uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2021), é pertinente compreender os fundamentos que legitimam e perpetuam este sistema de desigualdade que opera no cerne da construção racial visto que persistir em sua negação seria recusar as implicações prejudiciais de sua existência. "O racismo não é apenas uma disposição individual, mas sim, uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional" (ALMEIDA, 2021, p.50) dessa maneira, ao atribuir o caráter institucional e estrutural ao racismo concebe-se que este se manifesta na sociedade bem como em diversos campos inclusive na educação formal. Em relação ao objetivo intenta-se analisar o fenômeno do racismo estrutural na educação formal compreendendo o letramento como "(...) resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita" (SOARES, MAGDA. 2009, p.18) essas práticas sociais envolvem uma visão de mundo, constituindo uma impossibilidade da existência de uma neutralidade, afinal, não existe imparcialidade dado que todos somos orientados por uma base ideológica (FREIRE, 2011) implicando desta maneira um posicionamento em relação ao mundo e como este se organiza. Este artigo possui cunho exploratório e qualitativo. Caráter exploratório pois intenciona a familiarização com o tema e caráter qualitativo na medida que visa compreender e descrever explicando fenômenos sociais através de uma pesquisa bibliográfica com revisão da literatura com objetivo de contextualizar a pesquisa e articular conceitos produzidos por diferentes autores. Consistindo assim, em uma investigação bibliográfica, de matriz descritiva e crítica. Apresenta-se como resultado a necessidade da "autoatualização que obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito." (HOOKS, 2017, p.63) nesse sentido, os professores comprometidos com uma educação emancipatória devem considerar a intencionalidade presente na educação e nos currículos enquanto espaços de disputa por hegemonia. que compreenda o ambiente escolar como um espaço de possibilidades e transgressões de sentidos e experiências. Portanto, não se intenta vincular culpa, mas uma forma coletiva de construção de responsabilização, evidenciando possíveis caminhos que atores da educação possam trilhar para construir novas práticas e atitudes ao romper com a suposta neutralidade.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Letramento-racial, educação, autoatualização.

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (2019)

INTRODUÇÃO

“Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA 2021, p.57). Desse modo, expor a relevância da dimensão racial como construção social de um elemento histórico que se manifesta desde a dimensão subjetiva do indivíduo até suas estruturas sociais se torna imprescindível, afinal, não refletir em torno dos fundamentos que legitimam um sistema de desigualdade que opera no cerne da dimensão racial é equivalente a persistir na negação de sua existência. Em vista disso, pretende-se analisar de forma crítica a temática racial, fenômeno este que se manifesta em múltiplos espaços da sociedade.

“O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido” (NASCIMENTO, 2016, p.59) por conseguinte a relação da escravidão com o crescimento econômico do país se deu através da exploração do trabalho escravo legitimada por um discurso em que a instituição escravocrata era supostamente benigna e de caráter humanista. Apesar de o crescimento econômico histórico ter existido através da exploração do trabalho escravo não se descarta que este poderia ter ocorrido de outras maneiras.

Conseqüentemente em face do passado colonial e da dívida histórica atreladas às injustiças cometidas contra gerações passadas, sobretudo sobre grupos sociais minoritários por meio de ações racistas e discriminatórias que ainda reverberam no presente, é essencial que haja a implementação de formas de reparação social através de um conjunto de ações voltadas a abrandar suas conseqüências e seus efeitos que se agravam progressivamente e apesar desta ser uma responsabilidade que deveria ser assumida tanto pela sociedade, pelo governo e Estado em face da desigualdade racial que persiste e permeia os diversos espaços sociais há a prevalência da reprodução dos mecanismos de negação do racismo estrutural.

O Brasil convive com diversas dicotomias que expressam como a estrutura colonial enquanto sistema de dominação ainda manifesta seus efeitos e conseqüências, esses apontamentos podem ser verificadas por meio das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como, por exemplo:

Pretos e pardos correspondem a 64% dos desempregados e 66% dos subutilizados, mostra o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (...) Essa população recebe menos que as pessoas brancas

independentemente do nível de instrução. A pesquisa, com dados de 2018, expõe a persistência da desigualdade racial no mercado de trabalho e na educação.(CAETANO, 2019, p.1)

Estes dados reforçam as desigualdades que marginalizam grande parte da população preta e parda dos espaços de poder, da representatividade política e social. A partir deles é possível inferir a necessidade de políticas sociais que visem a equidade racial e que sejam eficazes e portanto a necessidade de um enfrentamento do racismo e o rompimento com o mito da democracia racial.

À vista disso, o que está em jogo não é uma culpabilização, mas sim, uma responsabilização coletiva diante do racismo estrutural, visando compreender a realidade perversa do racismo que impera intenta-se explorar a relevância de analisar e teorizar formas de enfrentamento a esse complexo fenômeno principalmente no campo da educação, sempre permeado de contradições que operam na manutenção e perpetuação dessas estruturas, porém tendo potencial de ser um espaço de transgressão.

Portanto, nesta perspectiva é adequado que haja comprometimento perante a construção coletiva de uma educação emancipatória que compreenda o ambiente a partir de uma perspectiva crítica e decolonial como um possível caminho para a promoção da liberdade e reflexões acerca da prática pedagógica como um lugar político e de resistência utilizando do elemento da transgressão como quebra de paradigma e ruptura de determinadas estruturas de socialização e reprodução de opressões.

Mito da democracia racial

Enquanto na África do Sul e nos Estados Unidos, que, com as devidas distinções, estruturam juridicamente a segregação da população negra, mesmo no avançar do século XX – no caso da África do Sul, até 1994 –, no Brasil, a ideologia do racismo científico foi substituída a partir dos anos 1930 pela ideologia da democracia racial, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional, como algo moralmente aceito em todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante. Assim, ao contrário de países como os Estados Unidos, nunca se instalara no Brasil uma dinâmica de conflitos baseados na raça. O que se pode notar é que a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas, tanto à “direita” como à “esquerda”. Para entender a força desta ideia inserida no debate nacional com a obra de Gilberto Freyre, é fundamental que se entenda que a democracia racial não se refere apenas a questões de ordem moral. Trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial adaptadas a circunstâncias históricas específicas. (ALMEIDA, 2021, p.178 e 179)

Por meio da elaboração de uma identidade nacional na busca de seus elementos constitutivos se cunhou um discurso favorável à miscigenação que consiste na relação

amistosa entre as raças, sendo esta concepção precursora da peculiar supressão do racismo no Brasil. Tal concepção permite solidificar a falsa noção de igualdade racial no Brasil. Intitula-se mito na medida que este não existe de fato, ou seja, é apenas uma lenda, que apesar de não existir constitui-se uma noção que se manifesta no senso comum reafirmando a percepção de que no Brasil não há racismo. Desse modo, o mito da democracia racial parte do pressuposto de transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre brancos e negros por meio da miscigenação. Portanto, o conceito Mito da democracia racial é relevante, pois expõe uma particularidade histórica do racismo no Brasil, este que coexiste como um véu que nega a tensão racial existente persistindo até os dias atuais.

A obra *Genocídio do negro brasileiro* é pertinente visto que o conceito de genocídio expressa toda forma de aniquilação de um povo, seja moral, cultural ou epistemológica. “Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país” (NASCIMENTO, 2016, p.84). Nesta perspectiva, no Brasil o branqueamento da raça se fundamentou como política de erradicação do negro e se utilizou da política imigratória como instrumento básico. Há um confronto diante da suposta concepção de não existir racismo no Brasil, dado a diferença em relação aos Estados Unidos ou África do Sul em que se sucederam regimes claramente segregacionistas.

No Brasil há a peculiaridade do mito da democracia racial advindo da alcunha de uma identidade brasileira de um povo pacífico e cordial, como difundidas por uma literatura que tem em *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre seu melhor exemplo. Essa literatura desconsidera os aspectos estruturais, a exploração e o desencadeamento da manutenção da desigualdade que se sustenta numa falsa ideia de paraíso racial e na negação do racismo enquanto um problema estrutural que ainda ressoa na existência do racismo velado que ao ser banalizado socialmente ao ponto de não ser percebido como um preconceito tão evidente, continua ali, mesmo que implícito, nos dias atuais.

Racismo, preconceito e discriminação racial

Ao extrapolar a noção de harmonia racial em concordância com o mito da democracia racial é possível analisar como a dinâmica da desigualdade racial persiste no silenciamento do conflito racial sustentando dessa forma a reprodução e manutenção da desigualdade. Neste sentido, a partir da obra *racismo estrutural* se desenvolve o conceito de racismo a partir de

diversos operadores, por meio dos quais é possível estabelecer a diferença entre preconceito, racismo e discriminação. Nesta acepção racismo significaria:

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2021, p.32)

Conseqüentemente, o racismo se configura em um sistema de desvantagens ou privilégios que se desenvolvem a partir do conceito de raça. Apesar de comumente se compreender a raça como um termo biológico, este é compreendido como um termo social, portanto, também se atrela a dimensão do imaginário coletivo. Enquanto isso, o preconceito racial seria:

O juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. (ALMEIDA, 2021, p.32)

Esta dimensão existe enquanto uma pré-concepção ao conhecimento da realidade, sendo assim padrões e representações relacionados a um conjunto de características vinculada a todos os membros de um determinado grupo social, produzindo desta forma um distanciamento assim como a naturalização de determinadas visões limitadas e carregadas de crenças preconceituosas.

Por fim, a discriminação racial se apresenta como:

Atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2021, p.32)

À vista disso, é possível compreender que esta distinção baseada no poder gera exclusão e restrição. Esses conceitos se baseiam numa construção social que utiliza de aspectos que naturalizam uma condição social baseada na desigualdade. Nesta perspectiva, de acordo com Almeida (2021) o racismo que se materializa como discriminação racial é determinado por seu caráter sistêmico, logo, não se trata de um ato discriminatório nem de um conjunto, mas sim, de um processo em que as condições de subalternidade e de privilégio se distribuem entre grupos raciais e se reproduzem em diversos âmbitos como na política, economia e nas relações cotidianas. Este fenômeno se manifesta na segregação racial logo, na divisão espacial de raças em localidades específicas como bairros, guetos, periferias.

Concepções de racismo

Como destacado, o racismo tem como fundamento a discriminação baseada na raça. Almeida (2021) apresenta contornos fundamentais e classifica o racismo em três concepções, sendo estas:

I. a individualista;

II. a institucional e;

III. a estrutural.

Para abarcar as dimensões e profundidade do racismo é preciso inicialmente desmistificar a concepção individualista do racismo que é percebido como um fenômeno ético ou patológico atribuído a determinados grupos específicos legitimando, desta maneira, uma perspectiva em que não haveria instituições ou sociedades racistas, mas indivíduos racistas que agem isoladamente ou em grupo. Portanto, se tratando de uma psicologização ou patologização do racismo.

A concepção do racismo institucional, conforme Almeida (2021) é resultado do funcionamento das instituições que conferem, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça, sendo que estas podem se manifestar de distintas maneiras dado que apesar de as sociedades contemporâneas estarem sob domínio de um Estado isso não significa que os Estados são todos iguais historicamente, sendo necessário para compreender suas formas sociais anteriores e como estas se materializam nas instituições.

Ainda segundo Almeida, a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver conflitos e antagonismos inerentes à vida social e normaliza-los ao estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos. É no interior dessas regras instrucionais que indivíduos se tornam sujeitos, dado que suas ações e comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Por conseguinte, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências.

As instituições enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionaram o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e de lutas pela hegemonia do poder social. As instituições como parte da sociedade carregam em si os conflitos existentes internamente nas sociedades bem como as lutas entre indivíduos e grupos

que querem assumir o controle das instituições. Desta maneira, a existência do racismo se relaciona com o fato que esses conflitos raciais também são parte das instituições em que ocorrem disputa por hegemonia de determinados grupos raciais, utilizando mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Ainda em relação à concepção institucional, Almeida (2021) indica que o elemento do poder está no centro dessa relação, pois as instituições são homogeneizadas por determinados grupos raciais que se utilizam de mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Destaca-se que a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras e padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. O domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Em decorrência disso, a cultura, padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo se transformam no horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.

O domínio de homens brancos em instituições públicas (o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades assim como instituições privadas como diretoria de empresas) depende da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres e em segundo lugar da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. Por conseguinte, essa hegemonia, indica que o grupo racial enfrentará resistências e conflitos, o grupo dominante como forma de assegurar o controle da instituição não se valendo apenas do uso da violência, mas também da produção de consensos sobre sua dominação.

Os consensos produzidos para os grupos subalternizados destina-se a questões essenciais como o controle da economia e das decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico. Em decorrência disso, o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou omissão dos poderes institucionais – Estado, escola, etc. Esses que podem modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios assim como estabelecer novos significados para a raça, incluindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Desse modo a concepção institucional do racismo não está separada de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas.

Conforme Almeida (2021) o conceito de racismo estrutural é um avanço nos estudos das relações raciais ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual ao frisar a dimensão poder como elemento constitutivo das relações raciais. Nesse sentido, o poder não é de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, isto é possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, na medida em que é possível se referir a um racismo institucional implica que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa guardar.

Em instituições que têm sua atuação condicionada a uma estrutura social que existe previamente, bem como os conflitos que lhes são inerentes, o racismo que se expressa nessas instituições também são parte dessa mesma estrutura. Dessa maneira, as instituições são uma materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização onde o racismo é um de seus componentes orgânicos. “Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2021, p. 50).

O racismo estrutural no ambiente escolar

Por intermédio dessas concepções do racismo, é factível interpretar que este versa acerca de organizar o debate de forma estrutural e não unicamente como um fenômeno isolado, desta forma não se restringindo a uma patologia social, mas sim estrutural afinal como explicita Almeida (2021) a tese central não é apresentar um tipo específico de racismo, pois o racismo é sempre estrutural, fornecendo sentido, lógica e tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social. Por conseguinte, não sendo necessário apenas que haja uma reflexão sobre mudanças no âmbito somente das relações sociais, mas também visando mudanças políticas e econômicas das condições que nutrem a manutenção e produção do racismo.

Silvio Almeida (2018) em uma palestra sobre a história da educação apresenta um relato pessoal a respeito da identidade racial e como ele se identificou como negro:

O negócio de ser negro é interessante, quando se é criança nasce, você é pequeno você não sabe que é negro, você é negro porque as pessoas te dizem, não dizem elas te mostram, toda pessoa negra tem duas certidões de nascimento, a oficial e aquela que lhe é atribuída pelo racismo quando ela sofre a primeira discriminação. Eu lembro exatamente o dia que eu entendi que era negro. O dia que estava frio, e adivinha onde foi? Adivinha professores? Que eu entendi onde era negro? Adivinhe quem me ensinou? (A professora) Olha a educação emancipa e liberta, liberta coisa nenhuma, a educação põe ordem, a educação em geral coloca ordem, estabelece ordem, coloca as coisas e as pessoas em seu devido

lugar, eu aprendi, estava frio todo mundo foi de gorro, eu tinha 5 ou 6 anos e a professora pegou tirou o gorro da minha cabeça e falou: você não pode ficar com esse gorro; e todos os colegas de gorro, por quê? Porque você fica parecendo bandido. A professora falou isso para mim. (CANAL CENTRO DEFORMAÇÃO DA VILA, 2018)

A partir do relato acima é possível compreender como o racismo persiste presente no imaginário social, inclusive de um docente, afinal este não se forma e se constitui apartado da sociedade de que participa, assim como o docente enquanto sujeito se constitui influenciado por meio dos valores desta mesma sociedade. É perceptível por meio do relato a ótica da reprodução de estereótipos racistas em sala de aula:

Os estereótipos, ou seja, os clichês, as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupos de indivíduos, cumprem o papel social de produzir os preconceitos, as opiniões e conceitos baseados em dados não comprováveis da realidade do outro, colocando esse outro sob rejeição ou suspeita. Por outro lado, a vítima do preconceito pode vir a internalizá-lo, auto rejeitando-se e rejeitando aquele que se assemelha. (SILVA, A. CELIA, 2001, p.17)

Em vista disso não é possível analisar o racismo desagregado da educação formal, afinal este coexiste em suas estruturas e sua negação implica em uma não superação do racismo. Essa adversidade é responsabilidade de todos os atores da educação, principalmente dos que se comprometem em algum grau com uma educação que vise a emancipação. A manutenção destes estereótipos pode ter como resultado:

O produto final da invisibilidade e do recalque é a auto rejeição e a rejeição do outro assemelhado étnico-racial. É o ódio contra si próprio e ao seu outro assemelhado, um tipo insidioso de autodesvalorização que resulta em desagregação da identidade étnico racial e em desmobilização coletiva. (SILVA, A. CELIA, 2001, p.19)

Assim, o intuito de desvelar a camada superficial na qual se atribui o racismo a determinados grupos individuais ou a um problema meramente de raiz moral atrelado ao caráter de certos indivíduos se inviabiliza uma ação mais efetiva, afinal, se desconsidera que sua reprodução ocorre por meio das diversas esferas da sociedade abarcando também a educação formal. Nesta perspectiva como não perder de vista que por mais que as instituições possam estar estruturalmente contaminadas por visões e práticas racistas são as pessoas que propagam criminosamente tais preconceitos, afinal de contas, o ato produzido ou a superficialidade da forma que é tratada a questão não retira o peso da gravidade em torno desta ação. Além de que isto evidencia a superficialidade da forma que tais casos são tratados.

Não se intenta desta maneira descartar a ação do indivíduo visto que é a primeira a se manifestar sobretudo dado que ao incorrer de analisá-la como ato isolado seria ignorar como a estrutura em determinados casos pode legitimar e até mesmo autorizar tais atitudes. Apesar de atestar-se que o racismo tem caráter estrutural não se perde de vista a perspectiva que atribui ao sujeito a responsabilidade pela ação racista. Em vista disso, a produção do racismo também

se explicita na produção de uma visão de histórica única¹ que do mesmo modo pode se manifestar nos diversos aparatos e até mesmo nos conteúdos proferidos na sala de aula:

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer lhes oportunidades de reflexão e reelaboração. (SILVA, A. Celia, 2001, p.16)

Em relação ao currículo sua definição é atrelada aos diferentes autores e teorias, entretanto, ao se definir um currículo também se define qual conhecimento deve ser ensinado, logo qual conhecimento é considerado importante, válido e até essencial para fazer parte do currículo. Por conseguinte qual o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade estando diretamente atrelado a dimensão política. Em vista disso:

No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de "identidade" ou de "subjetividade". Se quisermos recorrer à etimologia da palavra "currículo", que vem do latim curriculum, "pista de corrida", podemos dizer que no curso dessa "corrida" "que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. (SILVA, p.15 2016)

O currículo ao estabelecer os conteúdos e métodos da relação ensino e aprendizagem o faz segundo critérios da educação na qual se deseja estruturar. De acordo com Silva (2016) a concepção de teoria é a suposição que se descobre o real em uma correspondência entre a teoria e a realidade. Nesta acepção o currículo seria um objeto que precederia a teoria e que entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo. Consequentemente, nessa dinâmica seria impossível separar a descrição simbólica e linguística da realidade, ou seja, a teoria de seus efeitos da realidade. Dessa maneira a teoria não se limita a descobrir, descrever ou explicar, mas estaria irremediavelmente atrelada à sua produção. Consequentemente a dinâmica que implica a seleção e elaboração dos currículos da educação são permeados de intencionalidade e finalidade, ancorados em objetivos previamente escolhidos que operam como marcos resultantes das lutas por hegemonia e construção de consensos.

Uma possibilidade de transgredir essa noção hegemônica se torna viável através do conceito de letramento permitindo ampliar a concepção de aprendizagem sendo possível

¹ Palestra realizada no TED Talk pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie em que se explicita a problemática de uma construção de identidade Africana através de uma pretensa universalização e hierarquização da epistemologia ocidental que nutre estereótipos eliminando suas complexidades e diversidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ> Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

correlacionar com as concepções de Paulo Freire (1989) em que aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, inicialmente, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, que não consiste em uma manipulação mecânica de palavras, mas em uma relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Consequentemente, a leitura do mundo precede a palavra, visto que a relação com a realidade vivida é um aspecto essencial na construção de conhecimento.

Por meio da obra *letramento um tema em três gêneros* letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. (SOARES, MAGDA. 2009, p.18), portanto a escrita está associada a um contexto e consequentemente na forma em que as práticas sociais envolvem uma visão de mundo. Nesta perspectiva, o letramento possibilita compreender que as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita não são neutras e estão imbricadas em uma dimensão política; em função disso as práticas docentes não se balizam em uma suposta neutralidade, principalmente no campo da educação, como diria Paulo Freire:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão comprometidos consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. (FREIRE, 2018, p.22)

Pressupor uma neutralidade é impossível. Como salienta Paulo Freire (2011), não existe imparcialidade, pois todos somos orientados por uma base ideológica. A grande questão neste sentido é se essa base ideológica é inclusiva ou excludente. Desta maneira, o letramento se torna relevante na medida que se trata de estimular uma prática que permita ao indivíduo, através da construção do conhecimento e por meio da realidade que este vivencia, se humanizar e, em razão disso, o papel do educador precisa estar pautado por uma prática concreta em que o educando possa ser sujeito de libertação e da construção da própria história, impossibilitando negar a natureza política do caráter educativo e reafirmando que as escolhas em torno da prática docente não se dão de forma neutra. À vista disso:

Resumindo, os conceitos de letramento que enfatizam sua dimensão social fundamentam-se ou em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de letramento para o efetivo funcionamento na sociedade (a versão "fraca"), ou em seu poder "revolucionário", ou seja, em seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas (a versão "forte"). Apesar dessa diferença essencial, tanto a versão "fraca" quanto a versão "forte" evidenciam a relatividade do conceito de letramento. Porque as atividades sociais que envolvem a língua escrita dependem da natureza e estrutura da sociedade e dependem do projeto que cada grupo político pretende implementar, elas variam no tempo e no espaço. (SOARES, MAGDA, 2009, p.78)

Nessa perspectiva o letramento racial tem como finalidade desconstruir o racismo por meio da educação. Logo por meio do letramento racial há uma implicação de um posicionamento em relação ao mundo e como este se organiza. Segundo NEIDE (2017) o ler e escrever estão associados a práticas sociais e evocam uma visão de mundo a partir do contexto no qual essas práticas se dão ou segundo o contato que é desenvolvido a partir das diversas experiências que envolvam as leituras de variados gêneros sob as mais diversas perspectivas, sendo esta visão estendida também ao processo de escrita. Por conseguinte o letramento supõe uma dimensão política, afinal não há uma neutralidade nas práticas de ensino. O letramento racial tem como finalidade desconstruir o racismo, a partir da reeducação, implicando em um desvelamento da racialização das relações e a organização de uma sociedade que julga de forma arbitrária os direitos segundo os lugares hierarquicamente diferentes para brancos e não brancos, que legitima uma pretensa supremacia do branco.

Conceito lugar de fala

Compreendendo que não existe neutralidade, uma alternativa para construir pontes nesse contexto pode ser realizada com o auxílio do conceito: *lugar de fala*, ou seja, *o lugar de onde se fala* pois este oferece um espaço para refletir criticamente sobre a percepção de si e do mundo através do debate em torno do racismo ao considerar o aspecto estrutural, em vez do individual, permitindo a análise dos temas a partir do espaço social em que se encontram.

O conceito de lugar de fala presume que não há uma suposta neutralidade epistemológica, e sim o oposto, pois existe um privilégio epistêmico que estabelece quais vozes possuem legitimidade e que sustentam uma identidade do colonizado, que opera na língua dominante como forma de manutenção do poder contribuindo para que identidades que sejam historicamente silenciadas e marginalizadas dos centros de poder simbólico e cultural permaneçam deslocadas desses espaços e não encontrem respaldo para constituição de novos discursos contra hegemônicos.

Segundo Ribeiro (2017) este conceito não se restringe às experiências individuais, mas contempla as condições sociais que permitem ou não que certos grupos acessem lugares de cidadania enquanto marginaliza e restringe oportunidades de outros grupos, configurando-se um debate estrutural que não se limita a experiências individuais. Esta concepção advém da noção foucaultiana de discurso. Ou seja, não pensar discurso como amontoado de palavras ou

concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois falaremos de poder e controle (RIBEIRO, 2017, p.64). Desta maneira:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (...).Quando falamos de direito a existência digna, a voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO,2017, p.64)

Por conseguinte, não se trata de essencializar a identidade e experiências de indivíduos, mas ressaltar como essas se conectam em uma experiência coletiva vivenciada por um grupo, afinal como indica Ribeiro (2017) o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir de forma crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo, visto sobretudo que a experiência é válida no contexto coletivo ao qual o grupo está submetido, do mesmo modo que é necessário a compreensão sociológica e filosófica em torno dos complexos fenômenos que tange a dimensão racial, principalmente em um país como o Brasil, para poder analisá-los com discernimento. Contudo, apesar de ser importante a compreensão filosófica e sociológica para análise e discernimento da dimensão racial, ressalta-se que está não é a única maneira de conjecturar em torno desta dimensão. Sobretudo não deve ser utilizada como forma de silenciamento da experiência de pessoas negras ou de validação. A experiência pessoal do indivíduo se conecta a experiência coletiva que o grupo vivencia, todas as pessoas possuem lugar de onde falam e percebem as dinâmicas sociais. É importante que se respeite e compreenda de qual lugar se fala e que se respeite o protagonismo.

Ribeiro (2017) cita o uso equivocado do conceito e como este é usado de forma arquetipicamente pós-moderna em vista das experiências individuais ao invés de refletirem sobre locus social, assim como o fato de existirem sujeitos reacionários de grupos oprimidos, pois apesar de existirem sujeitos negros que sejam reacionários estes não deixam de sofrer com o racismo, assim como no caso contrário, pessoas pertencentes a grupos privilegiados não deixem de ser beneficiados. Portanto, apesar da controvérsia que o conceito trouxe, este ainda constitui uma relevante contribuição, pois permite conectar a noção de locus social e percepção de realidade como uma formação relacionada ao ponto em que as pessoas se encontram.

Apesar dessa obra não citar como pessoas brancas possam colaborar, em sua próxima obra *Pequeno manual antirracista*, a pensadora insere capítulos que incluem questionamentos e reflexões em torno de práticas antirracistas que os indivíduos possam elaborar novas dinâmicas, perpassando a questão do reconhecimento dos privilégios da branquitude, como,

por exemplo, o questionamento da cultura consumida e a relevância da leitura de autores negros, opções essas que se articulam com a proposta de letramento racial, dado que compreende uma análise crítica em torno dos referenciais e escolhas do que é apresentando e consumido. Ao se referir à ideia de raça como construto social, se trata de também enxergar a branquitude enquanto uma identidade, sendo desta maneira a história branca a norma. Assim, compreende-se enquanto supremacia branca um sistema de dominação econômico baseado em categorias raciais que beneficiam quem é definido e percebido como branco.

Todos possuem um lugar de fala afinal, se encontram socialmente em algum lugar social:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar; logo, é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer pensem. Em outras palavras, é preciso cada vez mais que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos. Como disse Rosane Borges para a matéria “O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público”, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, p.83 e 84)

Na medida que todos possuem um lugar de fala, ou mais adequadamente um lugar de onde se fala, não se trata de restringir que as pessoas falem de determinado assunto, mas que ao declarar sejam capazes de refletir em torno do espaço social que ocupam assim como refletir em torno das dinâmicas de subalternidade que não permitem que certas identidades transcendam esses espaços. Deste modo ressalta-se que o lugar de fala implicaria uma alternativa de reflexão em torno de onde o sujeito se comunica e se relaciona a partir do seu espaço e lugar social, afinal:

Nossas identidades não são únicas ou inerentes, mas são construídas ou produzidas mediante processos sociais. Além do mais, não vemos através de olhos claros ou objetivos – vemos por meio de lentes raciais. Em alguma medida, a raça está sempre em ação, mesmo em sua suposta ausência. (DIANGELO, 2018, p.112)

Auto-atualização: trilhando novos caminhos e possibilidades

Considerando que o processo de formação é infundável os professores devem ter compromisso ativo com um processo de auto-atualização que promova seu próprio bem-estar (HOOKS, 2017, p.28), compreendendo-se a auto-atualização como:

Auto-atualizar-se significa ensinar ao aprender e aprender ao ensinar, como sugere Freire. Para hooks, a auto-atualização é o que faz com que abandonemos o desejo de dominar e busquemos criar um ambiente educacional realmente emancipador, de modo que “os professores que abraçam o desafio da auto-atualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumenta sua capacidade de viver profunda e plenamente.” (SANTOS, 2020, p.12)

Por conseguinte, através deste conceito é possível conceber que a prática docente está atrelada a sua prática pedagógica, e ao visar tal educação emancipatória é indispensável que haja a necessidade de reconhecimento em torno da cumplicidade e da perpetuação das práticas de dominação que persistem na educação, bem como uma postura que intencione proporcionar práticas pedagógicas que envolvam os alunos. Sendo necessário também, como ensina Hooks (2017), que para se lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos, caminhando na elaboração de uma prática docente mais diversas. O multiculturalismo neste ponto de vista:

Obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito. (HOOKS, 2017, p.63)

Ainda que trilhar esse novo caminho em torno do reconhecimento do racismo estrutural e da desconstrução do racismo apresente-se de forma complexa e surjam receios e dúvidas, parte da atividade docente é uma construção que acontece em conjunto com os educandos, não uma parte de que o educador vá saber tudo para desta maneira preencher a lacuna do que os educandos não sabem, mas que essa construção aconteça de forma coletiva, afinal, enquanto seres inconclusos se estabelece um caminho para aprender, como reforça Freire:

Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já se é conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer. (FREIRE, 1996, p. 153)

A noção de incompletude explicitada por Freire é uma concepção que permite compreender o processo de construção de conhecimento como infundável. O ponto não seria ser possuidor de todo conhecimento visto que o conhecimento é elaborado de forma coletiva,

desta maneira assumir um compromisso com a prática docente, esta que não é neutra, e pode caminhar no sentido do desvelamento da realidade e da desnaturalização do racismo que ainda impera sobre o véu de mito da democracia racial, compreendendo que diversos desses processos que parecem naturais são de fato produzidos e reproduzidos. Deste modo, compreende-se que um estágio importante da educação está associado a esse desvelamento em que:

(...) importante estágio inicial da transformação – aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas. (HOOKS, 2017, P.67)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve aqui a pretensão de encerrar o debate em torno da questão racial, se é que tal empreitada é possível. O intuito foi de percorrer caminhos e possibilidades através de reflexões de pensadores que se dedicaram a analisar a intrincada relação do racismo e suas diversas formas, e como estas se refletem na sociedade e nos indivíduos. Sendo essa uma temática pertinente na qual todos direta ou indiretamente estão em contato cotidianamente, surge a necessidade de refletir sobre estratégias e práticas que desvelam o racismo que persiste em suas estruturas, espaço social e imaginário coletivo, no qual todos são abrangidos, enfatizando que haja uma reeducação, ou seja a ideia de uma educação capaz da desconstrução do racismo. Compreende-se que o racismo estrutural constitui um desafio aos envolvidos na educação, não se limitando apenas ao educador, pois como Freire: Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente. (FREIRE, 1996, p.106) não havendo assim uma cisão entre o sujeito e o educador, sendo eles em sua práxis e seu compromisso educativo um único sujeito.

Ao explicitar as dimensões do racismo compreendidas como individualista, institucional e estrutural e interpretando alguns dos seus efeitos e articulações, não se intenta vincular culpa, mas uma forma coletiva de construção de responsabilização, evidenciando possíveis caminhos que atores da educação possam trilhar para construir novas práticas e atitudes ao romper com a suposta neutralidade da educação e do mito da democracia racial.

Portanto, a relevância do trabalho consiste em explorar e apresentar de forma crítica possíveis caminhos em torno de uma educação antirracista onde professores possam enfrentar o racismo em sala de aula. Para tal desafio, reconhecer este complexo fenômeno se desdobra em todas as estruturas e apresentar em que medida docentes, a partir do lugar de onde falam e

de suas identidades, podem a partir do consenso reconhecer que o racismo é internalizado através da socialização e nesta perspectiva, o letramento racial possibilita explorar e apresentar de forma crítica possíveis caminhos em torno de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ALMEIDA, Silvio. História da discriminação racial na educação brasileira - Silvio Almeida - Escola da Vila 2018. **Youtube**, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPI_Yw&t=3022s>. Acesso em 03 de julho de 2022.
- CAETANO, Bruno. IBGE: 64% dos desempregados são negros e informalidade alcança 47%. **Brasil de fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/ibge-64-dos-desempregados-sao-negros-e-informalidade-alcanca-47>> acessado em: 07 de julho de 2022.
- CHIMAMANDA, Adichie. O perigo de uma única história. Canal TED. **Youtube**, 7 de out. de 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>> Acesso em 03 de julho de 2022.
- DIANGELO, Robin J. **Não basta ser racista: sejamos antirracistas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: 5 Ed. Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz & Terra. 38ª ed.RJ/SP, 2018.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NEIDE, A. de Almeida. Letramento racial: um desafio para todos nós. **Fundacaotidesetubal**, 2017. Disponível em:< <https://fundacaotidesetubal.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-a-de-almeida/>> Acesso em: 04 de janeiro de 2022.
- RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG), Letramento, 2017. RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- SANTOS, Daniel. Nova escola 17la pensadores negros: Bell Hooks. **Nova escola**. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8>

https://www.amazonaws.com/%2FWGSBQVTjyVTVtYpDxhTmqJQhf58SK38yBMvwB2Q_P%2F%2Fnova-escola-producao.s3/%2Ffe16nov20-especialconsciencianegra-semana01-c5-download.pdf?usg=AOvVaw0VzenaMGluH9BYqVJAcRDd > Acesso em: 15 de Julho de 2022.

SILVA, A. Celia. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático**. 1 ed. Editora EDUFBA, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 3. ed; 8. reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.